ENTRE AS REPRESENTAÇÕES E A REALIDADE: AS NORMALISTAS DO EXTREMO OESTE PAULISTA (1947-1975)

Jorge Luís Mazzeo Mariano[1], Raimunda Abou Gebran[2]

[1]Doutor em Educação pela Universidade Estadual Paulista – UNESP. Docente do Programa de Pós-Graduação em Educação na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - UFMS, Corumbá, MS. E-mail: jorge.mariano@ufms.br
[2]Doutora em Educação pela Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP. Docente do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Oeste Paulista – UNOESTE, Presidente Prudente, SP.
Agência de fomento: CAPES

RESUMO
Neste trabalho são exibidos alguns resultados da pesquisa de Pós-Doutorado intitulada “A formação de normalistas no extremo oeste paulista (1947-1975)”. O objetivo geral da pesquisa foi analisar o processo histórico da formação docente nas Escolas Normais dos Institutos de Educação de Presidente Prudente e de Presidente Venceslau a partir do relato das egressas e das docentes aposentadas, de forma articulada com a História das Mulheres e a História da Educação. Como metodologia, procedeu-se a uma análise de fontes bibliográficas, documentais e orais, utilizando os referenciais teóricos-metodológicos da Nova História Cultural e da História Oral. Como resultado, foi possível perceber que essas instituições promoveram a emancipação profissional dessas mulheres, sendo possível concluir que, mesmo que muitas vezes fossem disseminadoras de representações que intentavam enquadrar a postura e o trabalho feminino, as apropriações das normalistas demonstram uma postura crítica em relação à educação e a participação política.
Palavras-chave: Normalistas. Institutos de Educação. Cultura escolar. Extremo oeste paulista. Formação docente.

BETWEEN THE REPRESENTATIONS AND THE REALITY: THE NORMALISTS OF THE EXTREME WEST PAULISTA (1947-1975)

ABSTRACT
In this work are show some results of the postdoctoral research entitled "The formation of normal school students in the extreme west of São Paulo (1947-1975)". The general objective of the research was to analyze the historical process of teacher education in the Normal Schools of the Education Institutes of Presidente Prudente and Presidente Venceslau, based on the reports of the retired teachers and egress in a way that is articulated with the History of Women and the History of Education. As a methodology, an analysis of bibliographic, documentary and oral sources was carried out, using the theoretical-methodological references of the New Cultural History and Oral History. As a result, it was possible to perceive that these institutions promoted the professional emancipation of these women, and it was possible to conclude that, even though they were often disseminating representations that sought to frame women's posture and work, the appropriations of the normal school students showed a critical posture regarding education and political participation.
Keywords: Normal school students. Institutes of Education. School culture. Extreme west of São Paulo. Teacher training.

ENTRE LAS REPRESENTACIONES Y LA REALIDAD: LAS NORMALISTAS DEL EXTREMO OESTE PAULISTA (1947-1975)

RESUMEN
En este trabajo se exhiben algunos resultados de la investigación de Postdoctorado titulada "La formación de normalistas en el extremo oeste paulista (1947-1975)". El objetivo general de la investigación fue analizar el proceso histórico de la formación docente en las Escuelas Normales de los Institutos de Educación de Presidente Prudente y de Presidente Venceslau a partir del relato de las egresadas y de las docentes jubiladas, de forma articulada con la Historia de las Mujeres y la Historia de las Mujeres educación. Como metodología, se procedió a un análisis de fuentes bibliográficas, documentales y orales, utilizando los referenciales teóricos-metodológicos de la Nueva Historia Cultural y de la Historia Oral. Como resultado, fue posible percibir que esas instituciones promovieron la emancipación profesional de esas mujeres, siendo posible concluir que, aunque muchas veces fueran diseminadoras de representaciones que intentaban enmarcar la postura y el trabajo femenino, las apropiaciones de las normalistas demuestran una postura crítica con relación a la educación y la participación política.
Palabras clave: Normalistas. Institutos de Educación. Cultura escolar. Extremo oeste paulista. Formación docente.

À GUISA DE INTRODUÇÃO

O presente artigo é resultado de parte dos estudos que embasaram a pesquisa de Pós-Doutorado intitulada *A formação de normalistas no extremo oeste paulista (1947-1975)*, desenvolvida no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Oeste Paulista – Unoeste (Presidente Prudente).

A motivação para a realização desta pesquisa surgiu a partir dos estudos executados para a escrita de tese de doutorado intitulada “As influências do trabalho docente feminino na cultura escolar do extremo oeste paulista (1932-1960)”. A tese analisou a participação das professoras primárias na construção da cultura escolar dos grupos escolares localizados nesta região, mais especificamente, nos municípios de Presidente Bernardes e de Presidente Venceslau.

Ademais, existem os resultados obtidos na pesquisa de mestrado em educação, descritos na dissertação “A implantação da escola primária graduada em Presidente Prudente- SP: as contribuições das professoras primárias (1925-1938)”. Esta pesquisa revelou a importância que a luta das professoras teve para a cultura escolar local e para a conquista da edificação do prédio do primeiro grupo escolar do município (a primeira obra pública realizada pelo governo estadual em Presidente Prudente).

A partir dessa trajetória de 10 anos de pesquisa sobre as relações sociais de gênero, a História das Mulheres e a História da Educação da região de Presidente Prudente, foi possível perceber algumas lacunas que demandam novos estudos, como é o caso da formação de professoras/es nas Escolas Normais e nos Institutos de Educação (IEs).

Por meio do trabalho nas escolas primárias graduadas, algumas dessas professoras também conseguiram a sua emancipação intelectual, profissional e pessoal. Almeida (1998a) aponta a existência de duas posturas diferentes em relação ao magistério: a primeira, de 1900 a 1950 aproximadamente, ligada ao pensamento religioso, percebia a educação como uma missão, um sacerdócio; a segunda, a partir da década de 1950, entendia os/as docentes como vítimas ou algozes da educação. Verifica-se nesse período também um processo de feminização do magistério, sobretudo nos anos iniciais da educação básica, um campo quase totalmente ocupado pelas mulheres.

A feminização do magistério pode ser entendida como um dos resultados das lutas feministas do século XX que ressaltavam a importância de as mulheres terem acesso a escolarização. Na concepção do movimento feminista, a educação/instrução feminina seria a única forma de se obter a igualdade de direitos e remuneração em relação aos homens.

O processo de feminização do magistério é composto por vários elementos. Jane Soares de Almeida (1998a, 1998b) é uma das principais referências no estudo da inserção feminina nas Escolas Normais e consequentemente no trabalho docente. Esta autora, no livro *Mulher e educação*: a paixão pelo possível, salienta que:

> Na primeira metade do século XX, o magistério primário no Brasil sofreu um processo de feminização tanto na frequência das Escolas Normais pelas moças

> como pela ocupação do magistério pelas mulheres. Isso, em parte, pode ser explicado pelo crescimento da escolaridade obrigatória, dado que as mulheres –, que até o século XIX somente tiveram acesso à educação religiosa ministrada nos conventos, pela lei 5 de outubro de 1827 –, adquiriram o direito à educação, pelo menos em tese. (ALMEIDA, 1998a, p. 65).

É possível identificar um encontro de interesses na realidade brasileira: por um lado, o Estado, durante o século XX, recomendava que as mulheres deveriam se responsabilizar pelo ensino primário; por outro, existiam as reivindicações femininas, mesmo com uma combatividade particular, por um espaço no mercado de trabalho, o que se referia, no início do século XX, às vagas oferecidas no magistério primário.

Além disso, o trabalho como professoras primárias oferecia a possibilidade de as mulheres circularem na esfera pública sem estremecer a estrutura moral da burguesia.

> O magistério primário trazia em si esses dois determinantes: dava espaço para a inserção no mundo do trabalho e no trabalho assalariado e, como mulheres, não precisavam renunciar ao poder de reprodução da espécie que, por sua vez, só era viável socialmente com o sacramento do matrimônio. Dessa forma, viabilizavam um cruzamento entre o público e o privado dentro das condições concretas apresentadas na época. Nesse plano simbólico, talvez possa ter-se a explicação da grande popularidade do magistério entre as mulheres e, no plano objetivo, a sua condição representada pela única possível para elas dentro do contexto social do período. (ALMEIDA, 1998a, p. 69).

Assim, as mulheres conseguiam se utilizar do ideário que entendia que o magistério era uma atribuição natural para elas, porquanto, ao aceitarem tal representação, tinham a possibilidade de se inserir no mundo profissional.

> [...] para atuar significativamente nessa nova sociedade, exigia-se uma nova mulher capaz de reivindicar seus direitos e questionar seus papéis. Esses papéis não descuidavam do trato materno e doméstico. Essa era a via através da qual poderiam conquistar o espaço público, valorizando seu trabalho no lar e pela grande responsabilidade de educar as futuras gerações. Ao reivindicar o espaço público ressaltavam a importância do privado na vida dos homens, revelando uma *ambiguidade revestida de conflitos*. A competência no lar era determinante para a competência profissional e para a relevância da participação política. Nesse sentido, a instrução impunha-se com a grande prioridade (ALMEIDA, 1998b, p. 173, grifos nossos).

Essa postura aparentemente pouco combativa das mulheres não era, portanto, um sinal de passividade, mas sim uma forma de utilizar – conscientemente ou não – das mesmas ferramentas simbólicas utilizadas para oprimi-las, como um instrumento para se estabelecerem no mundo do trabalho no início do século XX. Lutar contra essas representações significaria um retrocesso em relação ao processo de feminização do magistério (MARIANO, 2011; 2016).

Existiam forças que buscavam enquadrar o trabalho dessas professoras dentro de representações com o intuito de determinar como deveria ser a sua postura na sociedade. Deste modo, esta pesquisa pretende analisar as

práticas escolares presentes nas culturas escolares dos Institutos de Educação.

O viés teórico-metodológico adotado para as análises desta pesquisa é o da Nova História Cultural. Chartier (2002), delimita qual seria o principal objeto da História Cultural:

> A história cultural, tal como a entendemos, tem por principal objeto identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler. Uma tarefa deste tipo supõe vários caminhos. O primeiro diz respeito às classificações, divisões e delimitações que organizam a apreensão do mundo social como categorias fundamentais de percepção e de apreciação do real. (CHARTIER, 2002, p. 16-17).

Em relação aos trabalhos sobre culturas escolares, cabe ressaltar que as pesquisas acerca das práticas escolares são recentes. O interesse pelas práticas escolares aumentou à medida que o cotidiano das escolas passou a ser mais investigado, dada a sua contribuição para a configuração das culturas escolares (VIDAL, 2005). Destarte, é possível perceber uma aproximação com a Nova História Cultural, mormente aos trabalhos de Roger Chartier e de Michel de Certeau[1].

Como o estudo das práticas escolares tem o potencial de promover a penetração no cotidiano escolar, ele favorece, outrossim, a descoberta das estratégias que eram utilizadas pelas/pelos professoras/es e pelas/pelos estudantes para lidar com as determinações legais. Com isso, o estudo das práticas escolares tem a potencialidade de revelar as relações de poder no interior das Escolas Normais, assim como as relações das/dos docentes e das/dos discentes com os conteúdos e com as regras a imposição de normas pelo Estado.

> De fato, tais práticas produzidas pelos sujeitos no seu dia-a-dia escolar, também os produzem. Essas práticas têm sido concebidas por muitos pesquisadores (Carvalho, 1998; Faria Filho, 2000; Frago, 1999; Paulilo, 2002) como maneiras de fazer peculiar dos sujeitos da escola e que ocorrem no interior do cotidiano escolar. Mas esse lugar ocupado por eles não tem sido entendido enquanto um lugar próprio e, sim, como um lugar onde desenvolvem táticas, isto é, ações calculadas [...]. (FARIA FILHO et. al., 2004, p. 151).

O recorte temporal adotado nessa pesquisa se justifica por ser o período em que funcionaram ambas as instituições enfocadas, tendo sido as principais responsáveis pela formação docente na região. O ano de 1947 marca a estadualização da Escola Normal Municipal de Presidente Prudente, pelo decreto nº 17.090, de 08/03/1947, passando a fazer parte do Colégio Fernando Costa (que, por sua vez, passou a ser denominado Colégio e Escola Normal "Dr. Fernando Costa"). O processo de estadualização da Escola Normal de Presidente Venceslau se deu em 1955, quando a instituição passou a se denominar Ginásio Estadual e Escola Normal "Antônio Marinho de Carvalho Filho". O ano de 1975 marca o final das atividades dos Institutos de Educação no Estado de São Paulo.

Deste modo, tendo em vista que essa pesquisa analisa a atuação de docentes e discentes em Escolas Normais de uma região específica do Estado de São Paulo, foram utilizados os pressupostos da História Local e Regional.

Quando se trabalha com a noção de região, é importante que se tenha em vista que ela é uma construção humana e que pode ser também, à medida que se tem um problema a pesquisar, uma construção do/da próprio/a

[1] "Os trabalhos têm demonstrado um acercamento da perspectiva teórica da nova história cultural, fazendo uso das categorias *apropriação* e *representação* de Roger Chartier, e, algumas vezes, *estratégias* e *táticas* de Michel de Certeau. Isso não supõe afirmar que os estudos sobre saberes escolares e pedagógicos, embora efetivando-se por diferentes aproximações teóricas, exibam um distanciamento das problemáticas trazidas pela nova história cultural – os vários escritos de Marta Carvalho apontam em direção contrária –, mas que as abordagens sobre as práticas escolares parecem marcadas mais decididamente por tal quadro conceitual". (VIDAL, 2005, p. 12, grifos da autora).

historiador/a. Silva (1990, p. 45) enfatiza que a região pode ser entendida como um território contínuo no qual acontecem os mais diversos processos de produção e de reprodução de um modelo social, podendo

> [...] coincidir ou não com fronteiras politicamente estabelecidas, como são as fronteiras entre estados nacionais ou entre os estados membros de uma federação.

Na verdade, como ressalta Goubert (1988), quando o interesse pelo regional ressurgiu se buscava um retorno à própria História Social, procurando desvinculá-la do caráter tradicionalista do estudo da vida de grandes personalidades.

> A volta à história local origina-se de um novo interesse pela história social — ou seja, a história da sociedade como um todo, e não somente daqueles poucos que, felizes, a governavam, oprimiam e doutrinavam — pela história de grupos humanos algumas vezes denominados ordens, classes, estados. Tal história tinha um interesse tão grande em corpos e mentes de muitos quanto nos planos universais e reflexões profundas de poucos; tão preocupada com a história do pão, do óleo e do vinho, quanto com a história de estatutos corporativos e regras militares. (GOUBERT, 1988, p. 73).

Destarte, o que passou a importar é que o/a pesquisador/a não restrinja a sua abordagem a regiões pré-estabelecidas, como são aquelas com as divisões administrativas e políticas já demarcadas. Sendo assim, o/a historiador/a deverá deixar bem claro qual foi o procedimento adotado para se criar essa "região" que é objeto de sua pesquisa[2].

Não existe, a rigor, uma separação rígida entre o espaço global e o espaço regional, todos juntos compõem uma totalidade. O que distingue uma região são as características comuns que lhe dão unidade, mas ainda assim, essa localidade não pode ser pensada de modo apartado do todo social.

O que se constata, portanto, é que a História regional carrega, concomitantemente, o particular e o universal. Daí decorre a sua importância, uma vez que os fatos históricos analisados no âmbito regional:

> [...] são exemplares de qualquer maneira, ou seja, se forem únicos e irrepetíveis ou recorrentes e representativos, acabam por possuir significação universal, tanto por serem excludentes como por permitirem paralelos. (CAMARGO apud RECKZIEGEL, 1999, p. 21).

Neste contexto atuaram as professoras aposentadas e as egressas entrevistadas. Apesar de as fontes orais e documentais disponíveis não abarcarem todo o recorte estabelecido, é possível identificar a força das representações que circulavam na sociedade gerando expectativas em torno das atividades desempenhadas por essas instituições e, mormente, pelas profissionais que formavam e que eram formadas nessas Escolas Normais.

O objetivo principal deste trabalho é analisar como as docentes e discentes das Escolas Normais dos Institutos de Educação "Fernando Costa" (Presidente Prudente/SP) e "Antônio Marinho de Carvalho Filho" (Presidente Venceslau/SP) se apropriaram das representações que buscavam descrever e enquadrar a sua atuação.

METODOLOGIA

A presente investigação respaldou-se em uma abordagem qualitativa, tendo sido coletados dados em fontes bibliográficas, documentais e orais. A pesquisa se orientou pelos pressupostos teórico-metodológicos da Nova História Cultural e da História Oral.

Na primeira etapa da pesquisa foi realizado um levantamento bibliográfico em livros, artigos e demais trabalhos científicos, sobretudo aqueles relativos à implantação das Escolas Normais dos Institutos de Educação. Em

[2] No caso da pesquisa em questão, a região recortada se refere às localidades que abrigaram as Escolas Normais dos Institutos de Educação do extremo oeste paulista.

um segundo momento, foram coletadas fontes documentais, especialmente no vasto acervo jornalístico disponível nos arquivos públicos de Presidente Prudente e de Presidente Venceslau.

Em um terceiro momento da coleta de dados, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com as egressas e com as docentes que compuseram o contexto histórico abordado para a pesquisa dentro do recorte espacial e temporal adotado[3]. Por meio dos depoimentos, relevantes informações que não constam nos documentos oficiais, livros ou jornais, podem emergir, fornecendo uma contribuição para a compreensão de processos de constituição dos indivíduos (ALBERTI, 2005; FERREIRA; AMADO, 2006).

Ademais, um ponto relevante é que a História Oral atualmente se apresenta muito mais ligada às questões antropológicas. Os temas privilegiados nessa abordagem da História estão ligados à migração, ao mundo do trabalho, às identidades, à História das Mulheres e às relações de gênero.

> O crescente interesse pela história das mulheres [...] desempenhou importante papel, quer se trate da vida cotidiana, do trabalho operário ou doméstico, da militância ou, mais profundamente, de sua identidade ou de sua vida afetiva. [...] Na Itália, o avanço da história oral também está estreitamente ligado à "ótica de gênero" (Clemente). Na França, uma das primeiras mesas-redondas de história oral, organizada por Danièle Voldman, foi dedicada às mulheres (1982). [...] nos encontros internacionais de história oral, a presença feminina é bem maior que em outros congressos históricos. Em Siena, a participação foi superior a 60% (JOUTARD, 2006, p. 53).

Na última etapa do percurso metodológico, as fontes documentais e bibliográficas se juntaram aos relatos orais no presente estudo. Thompson (1992) indica que existem três modos pelos quais a História Oral se constitui: pela utilização dos relatos da vida de um só sujeito; através da coletânea de histórias de vida; e pela análise cruzada, na qual os relatos orais são utilizados como fontes de informação e são agregados a outros tipos de fontes. Portanto, foi aplicada a análise cruzada nesta pesquisa.

AS REPRESENTAÇÕES E A REALIDADE

É importante abordar as noções de *representação* e *apropriação*, tão caras à História Cultural, amplamente mencionadas, mas nem sempre bem aplicadas.

> Práticas docentes, processos de escolarização, práticas educativas e ideias pedagógicas não podem ser pensados em si, nem somente em sua relação com o que podemos chamar de universo escolar, como uma instância autônoma (que na verdade não é). Estão impregnados da pluralidade de aspectos presentes nas relações estabelecidas cotidianamente entre os grupos e indivíduos, o que obriga o historiador a considerar que, quando se fala em *representações* e *apropriações,* essas noções só podem ser compreendidas nesse movimento confluente (FONSECA, 2008, p. 61).

Respaldada em Chartier (2002), Souza (2000, p. 5) afirma que as representações são práticas culturais[4], ou seja, "elas são estratégias

[3] Em atenção aos aspectos éticos de um estudo que envolve entrevistas, a presente pesquisa foi encaminhada para análise apreciação do Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade do Oeste Paulista, tendo sido aprovado (**CAAE:** 67321417.1.0000.5515/ **Número do Parecer**: 2.053.308).

[4] Nesse sentido, Vidal (2005) assevera: "Como práticas culturais, as representações sociais são sempre históricas e constantemente objetos de disputas entre os diferentes grupos da sociedade. Tais grupos não podem ser confundidos com recortes sociais que antecedem as análises, mas com comunidades que partilham identidades a partir das relações de força entre representações impostas e autoconferidas. [...] Configuradas a partir de dispositivos de poder, que lhe asseguram um *espaço* próprio de existência, as práticas culturais, em geral obedecem às leis desse lugar, sendo localizáveis, mapeáveis e impostas. No entanto, nem sempre respondem aos constrangimentos que tendem a lhe assegurar

de pensar a realidade e construí-la". Pensando desta maneira, Chartier (2002, p. 17) encara as representações como um campo de concorrências e competições, remetendo às esferas de poder e de dominação.

> As lutas de representações tem tanta importância como as lutas econômicas para compreender os mecanismos pelos quais um grupo impõe, ou tenta impor, a sua concepção do mundo social, os valores que são os seus, e o seu domínio (CHARTIER, 2002, p. 17).

Desse modo, o autor ainda ressalta que as representações sociais embora busquem ser universais, sempre expressam a visão e os interesses do grupo que as formulou. Por isso é importante sempre se atentar para os discursos utilizados e que posição o/a emissor/a destes ocupa, dado que as percepções sociais não são neutras:

> [...] produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma autoridade a custa de outros, por elas menosprezados, a legitimar um projeto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas. (CHARTIER, 2002, p. 17).

Pesavento (2012) afirma que:

> Representar é, pois, fundamentalmente, estar no lugar de, é presentificação de um ausente; é um apresentar de novo, que dá a ver uma ausência. A ideia central é, pois, a da substituição, que recoloca uma ausência e se torna sensível uma presença. [...] A Representação não é uma cópia do real, sua imagem perfeita, espécie de reflexo, mas uma construção feita a partir dele (PESAVENTO, 2012, p. 40).

A autora assevera que o/a historiador/a da cultura se preocupa em vasculhar nas representações do passado quais eram as formas que os indivíduos que viviam em determinado contexto expressavam visões de mundo diferentes das atuais[5].

No caso dessa pesquisa, a coleta de relatos orais por meio de entrevistas procurou captar as representações que os sujeitos possuem sobre o contexto abordado. Buscou-se desvelar aquilo que a entrevistada percebeu em sua vivência nas Escolas Normais dos Institutos de Educação, isto é, os significados que atribuiu às relações que travou no cotidiano escolar.

À noção de representação se soma a noção de apropriação. De acordo com Souza (2000, p. 6), a apropriação é a "[...] forma pela qual os indivíduos reinterpretam e utilizam-se de modelos culturais impostos e em circulação em um determinado momento". Chartier (2002, p. 26), entende que a apropriação objetiva:

> [...] uma história social das interpretações, remetidas para as suas determinações fundamentais (que são sociais, institucionais, culturais) e inscritas nas práticas especificas que as produzem.

Existem diversos exemplos de professoras que se engajaram em lutas tanto pessoais quanto coletivas, apropriando-se das representações de modo distinto daquele esperado por quem desejava enquadrar a sua ação em limites estreitos. É possível mencionar o caso da professora Maria Augusta Monteiro que, no ano de 1933, realizou uma denúncia contra o diretor do Grupo Escolar de Presidente Venceslau, resultando em uma sindicância que provocou a substituição do mesmo (MARIANO, 2016). Ademais, essa docente

> [...] atuou e se destacou na revolução Constitucionalista de

estabilidade e controle. Aproveitando-se de momentos de ausência de poder, produzem usos criativos aos bens culturais [...]". (VIDAL, 2005, p. 13-14, grifos da autora).

[5] "François Hartog nos fala de uma montagem retórica da alteridade, na qual o historiador tenta traduzir uma experiência não mais reprodutível e mesmo estranha a quem ouviu". (PESAVENTO, 2012, p. 59).

> 1932. Corajosamente, defendeu a convocação de uma assembleia nacional constituinte, a democracia e, fundamentalmente, o voto secreto, para homens e mulheres (ERBELLA, 2006, p. 540).

Os próprios professores das Escolas Normais, por vezes, também disseminavam as representações a respeito das mulheres. Por exemplo, o professor Ulysses Lombardi, que lecionava na Escola Normal "Fernando Costa" passou a escrever textos para o jornal "O Imparcial" no ano de 1951 e, em uma das edições, publicou um poema denominado *Ela* no qual menciona as estudantes: "Por ela desfilaram garotas de branco-azul, tagarelas como bando de andorinhas..." (LOMBARDI, 1951, p. 3).

O excerto abaixo é um exemplo dessa postura. O jornal "O Imparcial" publicou, em 1955, um texto em que transcreve as palavras pronunciadas pelo professor Mário Junqueira da Silva, paraninfo da turma das concluintes do curso de aperfeiçoamento em administração escolar do I.E. "Fernando Costa":

> [...] Instituto de Educação <Fernando Costa>, casa de ensino da qual a cidade tanto se orgulha. Exercer, hoje, o magistério em Presidente Prudente não é mais desbravar é, sim, um prêmio. Diversas das diplomadas já pertencem ao magistério efetivo e as outras irão enfrentar o Concurso de Ingresso ao Magistério, que ora se processa. [...] Não basta desempenhar as obrigações, há necessidade de entusiasmo, de **espirito de sacrifício, é mister que o exercício do magistério se torne uma missão**. É necessário que todo normalista antes de ingressar no magistério, faça uma consulta ao seu eu e pondere a missão do professor, o que a Pátria exige dele os sacrifícios que terá que fazer, o anonimato desses sacrifícios, se é capaz de se contentar com o prazer do dever cumprido, depois de tudo isso, se a resposta for favorável, então mãos a obra e dê o exemplo sendo o protótipo do mestre abnegado. [...] Após uma árdua semana de aulas na roça, o que significa falta de conforto, má alimentação, etc., sei que será difícil resistir a uma fugidinha para a cidade mais próxima, onde há tudo que lá não existe, onde, às vezes, **o coração está preso**, mas é preciso não se esquecer de que o horário da escola deve ser obedecido aos sábados e nas 2.as feiras (SOLENIDADE..., 1955, p.1, grifos nossos).

Contudo, apesar da forte carga de moral burguesa com a qual os articulistas dos jornais procuravam enquadrar as mulheres e, especificamente no caso dessa pesquisa, as estudantes do Curso Normal, é possível perceber que as normalistas não assumiam totalmente esses discursos. Se por um lado existem as representações, existem também as apropriações, e, destarte, como haviam tentativas de explicar e "moldar" a imagem das estudantes, também se nota a ação delas rompendo com as predeterminações impostas.

Uma situação que ilustra esse quadro de protagonismo feminino pode ser encontrada no jornal "A Voz do Povo", de Presidente Venceslau. Este hebdomadário entrevistou cinco normalistas sobre uma brincadeira que inventaram na qual somente as moças poderiam retirar os rapazes para dançar no baile. O tom irônico da fala da discente Suraia Mellem contribui para mostrar que as discentes tinham clareza que apesar de não possuírem liberdade irrestrita, sabiam que poderiam conquista-la aos poucos: "As moças prudentinas acham-se atualmente em igualdade de condições com os rapazes, pelo menos nos bailes" (SENSACIONAL..., 1950, p. 4).

Quando aquele período analisado sob a ótica do presente, as concepções do que representava ser docente, isto é, de que "[...] era bom, era nobre, tinha um prestígio" (D'INCAO, 2017), se alteram. Quando questionada acerca do

que era valorizado para ser considerada uma boa professora naquele período, a professora Helena expressa que era necessário "[...] saber bem o conteúdo que ensinava. Até hoje é assim. O que vale é o que ele sabe" (BARROS, 2017).

Concordando com os pressupostos da História Cultural expressos por Chartier (2002), assim como existe a imposição de representações, existem, outrossim, as apropriações. Deste modo, mesmo que a sociedade demandasse por professoras abnegadas, o que pode ser aferido nas páginas dos jornais, o cruzamento com os dados das fontes orais revelou que essa não era uma preocupação das normalistas.

As entrevistadas relataram que em suas passagens pelas Escolas Normais, seja como discentes ou como docentes, os preceitos morais não possuíam a importância que os agentes externos tanto exigiam, mas, tão somente, a preocupação com uma boa formação. Todas as depoentes afirmaram que para ser considerada uma boa profissional, era necessário dominar bem o conteúdo, e isso fica evidente quando o elemento da cultura escolar que mereceu mais destaque em suas memórias se referia ao trabalho executado nas disciplinas e a relação entre as/os docentes e as discentes.

À GUISA DE CONCLUSÃO

Por fim, é possível concluir que tendo realizado a sua formação em Presidente Prudente e em Presidente Venceslau, as sociedades de ambos os municípios demonstravam algumas expectativas em torno dessas Escolas Normais e das normalistas. Os jornais dessas cidades eram os principais veículos de difusão das informações e também de disseminação de representações acerca das posturas que as normalistas deveriam adotar, geralmente de cunho moralista. A visão idílica da profissão docente como sendo uma missão sagrada, um sacerdócio que deveria ser executado abnegadamente sem visar uma remuneração, ainda era predominante nos textos de vários articulistas, invariavelmente homens.

Concordando com os pressupostos da História Cultural expressos por Chartier (2002), assim como existe a imposição de representações, existem, outrossim, as apropriações. Deste modo, mesmo que a sociedade demandasse por professoras abnegadas, o que pode ser aferido nas páginas dos jornais, o cruzamento com os dados das fontes orais revelou que essa não era uma preocupação das normalistas. As entrevistadas relataram que em suas passagens pelas Escolas Normais, seja como discentes ou como docentes, os preceitos morais não possuíam a importância que os agentes externos tanto exigiam, mas, tão somente, a preocupação com uma boa formação.

REFERÊNCIAS

ALBERTI, Verena. **Manual de História Oral**. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

ALMEIDA, Jane Soares de. **Mulher e educação**: a paixão pelo possível. São Paulo: Unesp, 1998a.

ALMEIDA, Jane Soares de. Vestígios para uma reinterpretação do magistério feminino em Portugal e Brasil. In: SOUZA, Rosa Fátima de; VALDEMARIN, Vera Teresa e ALMEIDA, Jane Soares de. **O legado educacional do século XIX**. Araraquara: UNESP – Faculdade de Ciências e Letras, 1998b. p. 107-181.

BARROS, Helena Faria de. **Helena Faria de Barros**: depoimento [out. 2017]. Entrevistador: Jorge Luís Mazzeo Mariano. Presidente Prudente: 2017. 1 arquivo .mp3 (1 h 17 min 28 seg). A entrevista encontra-se transcrita em mídia digital no arquivo pessoal do pesquisador.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural**: entre práticas e representações. Trad. de Maria Manuela Galhardo. Lisboa: Difel, 2002.

D'INCAO, Maria Angela. **Maria Angela D'Incao**: depoimento [dez. 2017]. Entrevistador: Jorge Luís Mazzeo Mariano. Presidente Prudente: 2017. 1 arquivo .mp3 (2 h 13 min 17 seg). A entrevista encontra-se transcrita em mídia digital no arquivo pessoal do pesquisador.

ERBELLA, Inocêncio. **Rabiscos históricos de Presidente Venceslau**. Presidente Venceslau: Editora Artes Gráficas Pedrali, 2006.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de; GONÇALVES, Irlen Antônio; VIDAL, Diana Gonçalves; PAULILO, André Luiz. A cultura escolar como categoria de análise e como campo de investigação na história da educação brasileira. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 30, n. 1, p. 139-159, jan./abr. 2004. https://doi.org/10.1590/S1517-97022004000100008

FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (Coord.). **Usos & abusos da História Oral**. 8. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

FONSECA, Thais Nivia de Lima e. História da Educação e História Cultural. In: FONSECA, Thais Nivia de Lima e; VEIGA, Cynthia Greive. **História e Historiografia da Educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008. p. 49-76.

GOUBERT, Pierre. História Local. In: **Revista Arrabaldes**, Rio de Janeiro, Ano I, n. 1, Mai./Ago., 1988. p. 69-82.

JOUTARD, Phelippe. História oral: um balanço da metodologia e da produção nos últimos 25 anos. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (Coord.). **Usos & abusos da história oral**. 8. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. p. 43-62.

LOMBARDI, Ulysses. Ela. **O Imparcial,** Presidente Prudente, p. 3, 13 jun. 1951.

MARIANO, Jorge Luís Mazzeo. **A implantação da escola primária graduada em Presidente Prudente-SP:** as contribuições das professoras primárias (1925-1938). 2011. 156 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de São Carlos/UFSCar, São Carlos, 2011.

MARIANO, Jorge Luís Mazzeo. **As influências do trabalho docente feminino na cultura escolar do extremo oeste paulista (1932-1960)**. 2016. 405 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista/Unesp, Presidente Prudente, 2016.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História & História Cultural**. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

RECKZIEGEL, Ana Luiza Setti. História Regional: dimensões teórico-conceituais. **História: debates e tendências**, Passo Fundo, v. 1, n. 1, jun. 1999, p. 15-22.

SENSACIONAL brincadeira promovida pelo 1º ano profissional. **A Voz do Povo**, Presidente Prudente, p. 4, 28 mai. 1950.

SILVA, Vera Alice Cardoso. Regionalismo: o enfoque metodológico e a concepção histórica. In: SILVA, Marcos A. da (Org.). **República em Migalhas:** História Regional e Local. São Paulo: Marco Zero/CNPq, 1990. p. 43-49.

SOLENIDADE da entrega de certificados às formandas do Curso de Aperfeiçoamento do Instituto de Educação 'Fernando Costa'. **O Imparcial**, Presidente Prudente, p.1, 4 jan.1955.

SOUZA, Rosa Fátima de. Um itinerário de pesquisa sobre a cultura escolar. In: CUNHA, Marcus Vinicius da. (Org.) **Ideário e imagens da educação escolar**. Campinas: Autores Associados; Araraquara: Programa de Pós-Graduação em Educação Escolar da Faculdade de Ciências e Letras da Unesp, 2000. p. 3-28.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado**: história oral. Trad. de Lólio Lourenço de Oliveira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

VIDAL, Diana Gonçalves. Cultura e práticas escolares: uma reflexão sobre documentos e arquivos escolares. In: SOUZA, Rosa Fátima de; VALDEMARIN, Vera Teresa (Org.). **A cultura escolar em debate**: questões conceituais, metodológicas e desafios para a pesquisa. Campinas: Autores Associados, 2005. p. 3-30.

Submetido: 05/08/2018
Correções obrigatórias: 14/11/2018
Aceite final: 06/02/2019